

# **RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS**

**2008**

**Toyota** Caetano Portugal, S.A.

**INDICADORES FINANCEIROS**  
**CONSOLIDADOS**

	DEZ '08	DEZ '07	DEZ '06
VENDAS	535.378.134	545.529.809	484.693.216
CASH-FLOW BRUTO	25.704.051	33.053.685	36.354.125
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	4.146.802	2.168.472	5.582.600
CUSTOS COM O PESSOAL	50.003.086	52.182.116	49.030.958
INVESTIMENTO LÍQUIDO	7.575.069	25.941.915	-1.153.764
VOLUME DE EMPREGO	2.110	2.102	2.936
RESULTADO LÍQUIDO COM INT MINORITARIOS	1.565.706	11.125.356	15.404.673
RESULTADO LÍQUIDO SEM INT MINORITARIOS	1.797.793	11.525.897	14.360.280
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	37,74%	42,31%	35,53%

## Relatório de Conselho de Administração

### Introdução

Em 2008, numa conjuntura internacional adversa, a economia portuguesa contrariou o ritmo de recuperação dos dois exercícios económicos anteriores, estimando-se um crescimento nulo do PIB. Assim, Portugal continua uma vez mais a apresentar um diferencial negativo de crescimento face à zona euro, que assinalou um incremento do PIB de 0,7%.

Para a estagnação do crescimento do PIB contribuiu de forma decisiva a diminuição das exportações de bens e serviços, acompanhada do aumento das importações, bem como uma desaceleração da procura interna. Esta última, contou com um decréscimo do investimento de 0,1%, quando em 2007 tinha aumentado 3,2%.

A manutenção da taxa de desemprego em 7,8%, foi um factor condicionante ao crescimento do consumo das famílias, que se previa facilitado pela queda da taxa de inflação e pela redução das taxas de juro, não obstante as restrições acrescidas ao crédito.

Para um enquadramento macroeconómico da economia portuguesa, sintetiza-se no quadro abaixo os principais indicadores, em termos comparativos:

( % )	2007	2008
PIB	1,9	0,0
Procura Interna	1,6	1,0
Exportações	7,5	-0,5
Importações	5,6	2,1

Fonte: INE

Para 2009, num quadro internacional onde não se consegue traçar com um aceitável nível de certeza uma perspectiva macroeconómica, onde os indicadores de confiança das empresas e das famílias se situam em mínimos históricos, bem como as taxas de juro, e onde o desemprego atinge níveis preocupantes, será inevitável antever um ano de crescimento negativo para Portugal.

### Sector automóvel

Encontrando-se o Grupo Toyota Caetano Portugal inserido no sector automóvel, nomeadamente na marca Toyota, entende-se como oportuna uma breve abordagem ao comportamento do mercado automóvel no decorrer de 2008.

Assim, o sector automóvel em Portugal não ficou indiferente à actual conjuntura, registando uma quebra de 0,57% face a 2007, com o segmento de viaturas ligeiras de passageiros a apresentar um comportamento distinto dos comerciais, uma vez que no primeiro se regista um crescimento de 6% contra um decréscimo de 19%, do segundo.

Salienta-se o contributo positivo do último trimestre do ano, com um aumento significativo do número de veículos matriculados que permitiram influenciar favoravelmente a performance acumulada do sector. Este incremento de vendas ocorreu ao abrigo do programa de incentivo ao abate de veículos em fim de vida, bem como devido ao facto de se prever um agravamento fiscal no Orçamento de Estado de 2009, o que estimulou a antecipação das compras, nomeadamente de veículos de gasóleo.

Enquanto que em Portugal o sector automóvel registou o comportamento atrás descrito, num contexto europeu, o mercado de veículos ligeiros de passageiros apresentou uma variação negativa de 8% face a 2007.

De modo sintético, encontra-se de seguida uma referência às empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, com uma abordagem agregada a um painel de indicadores escolhidos para mostrar a evolução do negócio, sendo o Euro a moeda de referência.

#### **TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.**

A Toyota Caetano Portugal, nos seus 40 anos de existência como importador Toyota, não ficou indiferente à actual conjuntura, encerrando o ano de 2008 com um volume de negócios inferior a 2007, em 4,5%.

Contrariando a trajectória crescente dos últimos 3 anos, a marca Toyota assistiu a uma quebra de 8% nas vendas, mantendo-se contudo no mesmo 7.º lugar do ranking de mercado, com 16.702 unidades transaccionadas, das quais 11.200 correspondem a Veículos Ligeiros de Passageiros.

A contribuir para o cenário negativo anterior salienta-se o facto de ter sido um ano de escoamento de várias gamas, nomeadamente o Aygo, Yaris, Avensis, Prius e Corolla Verso, não acompanhado pelo lançamento de novos produtos, como sucedeu na concorrência. De forma oposta, os Veículos Comerciais superaram o mercado, apesar da quebra também registada, fruto do excelente posicionamento e confiança conquistada nos produtos Hilux e Dyna. Espera-se assim que o lançamento de novos produtos em 2009, bem como novas linhas de design dos já existentes possam permitir à Toyota Caetano Portugal, a manutenção de

níveis de rentabilidade adequados, face à situação de crise que se perspectiva para o sector em 2009.

Ao nível das viaturas Lexus, o ciclo recorde de vendas dos dois últimos anos foi interrompido, com o ano de 2008 a atingir as 313 unidades vendidas contra as 443 do ano de 2007. Também nesta marca, estima-se que a introdução de novos modelos para 2009 permita consolidar a posição dos novos projectos que já se encontram em marcha.

A área de negócio das máquinas industriais também saiu afectada em 2008, efeito do cenário de contracção de alguns sectores de actividade, consumidores deste produto. Desde o final de 2008 esta área de negócio adicionou à comercialização dos produtos Toyota, a marca BT, com a aquisição da totalidade do capital social da empresa Movicargo – Movimentação Industrial, Lda..

A produção Toyota na unidade fabril de Ovar, com os modelos Dyna e Hiace, conduziu a um crescimento sustentado da actividade, com 5.947 unidades, a que corresponde uma variação positiva de aproximadamente 20%, face a 2007. Adicionalmente, reforçou-se o peso dos mercados externos assumindo assim particular relevo. Nesta área destaca-se o bom desempenho registado com as auditorias da Toyota Motor Corporation ao produto Dyna, e da APCER aos Sistemas de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

Por fim, ao nível dos recursos humanos, merece destaque a aposta na qualificação, com a criação de um Centro de Novas Oportunidades nesta empresa.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	424.634.355	405.392.814	-4,53%
E.B.I.T.D.A. operacional	24.438.659	17.090.378	-30,07%
E.B.I.T.	16.828.032	8.901.959	-47,10%
Resultado antes de impostos	13.705.618	4.156.395	-69,67%

#### **CAETANO AUTO – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.**

No Grupo Toyota Caetano Portugal, a comercialização e reparação de viaturas das marcas Toyota e Lexus é assegurada directamente pela empresa Caetano Auto, ou através das suas participadas, Autopartner Comércio de Automóveis e Autopartner II – Reparadora de Colisão Automóvel.

No exercício em análise, a Caetano Auto foi responsável pela facturação de 9.485 viaturas novas, menos 7% que o período homólogo, à luz da conjuntura que se fez sentir, conduzindo a

uma quebra acentuada dos resultados. De facto, a performance desta empresa não pode ser de modo algum dissociada dos factores anteriormente enunciados ao nível do importador.

O ano de 2008 fica marcado pela obtenção da Certificação da Qualidade através da SGS ICS-Serviços Internacionais de Certificação, procurando-se assim garantir a excelência dos processos em busca da confiança e fidelização dos seus clientes.

Apesar das dificuldades que se permitem antever para 2009, é convicção da empresa estar bem preparada para as enfrentar, reafirmando o seu posicionamento.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	304.581.751	286.426.647	-5,96%
E.B.I.T.D.A. operacional	9.578.946	6.963.281	-27,31%
E.B.I.T.	2.532.348	-159.741	-106,31%
Resultado antes de impostos	2.826.293	159.371	-94,36%

#### **AUTO PARTNER – COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.**

A empresa Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A., indirectamente participada pela Caetano Auto, dedica-se à comercialização e assistência de viaturas, da marca Toyota, no Grande Porto.

À semelhança da quebra registada nas empresas atrás referidas, também na Auto Partner Comércio Automóveis ocorreu um decréscimo de actividade, com a venda de 526 unidades novas, e um agravamento dos prejuízos face 2007, na ordem dos 39%.

No sentido de alargamento da cobertura geográfica, o ano de 2009 contará com novas instalações em Ermesinde, podendo-se assim potenciar o nível das vendas.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	16.751.108	12.313.048	-26,49%
E.B.I.T.D.A. operacional	69.350	-98.271	-241,70%
E.B.I.T.	-215.893	-326.706	-51,33%
Resultado antes de impostos	-279.634	-388.244	-38,84%

**AUTO PARTNER II – REPARADOR DE COLISÃO AUTOMÓVEL, S.A.**

A empresa Auto Partner II – Reparador de Colisão Automóvel, S.A., indirectamente participada pela Caetano Auto, centra a sua actividade na reparação de chapa e pintura resultante da colisão, na zona do Grande Porto e Bragança.

Permanecendo em zona de prejuízos, nota-se no entanto uma melhoria significativa do resultado face ao ano anterior acompanhado por um crescimento do volume de negócios, direccionado sobretudo para grandes clientes, como sejam as seguradoras e gestoras de frota, dada a especificidade do negócio que assume.

Para 2009 espera-se uma evolução favorável dos resultados, fruto dos processos de reestruturação levados a cabo nestes dois últimos exercícios.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	5.141.060	5.706.531	11,00%
E.B.I.T.D.A. operacional	-838.240	-71.285	91,50%
E.B.I.T.	-1.101.510	-141.699	87,14%
Resultado antes de impostos	-1.115.654	-149.377	86,61%

**CAETANO RENTING, S.A.**

A Caetano Renting enquadra-se no sector de *rent-a-car*, com primazia da marca Toyota, na frota de viaturas e máquinas de movimentação de carga.

Apesar da evolução do volume de negócios se enquadrar nas expectativas da empresa, a retracção inesperada ocorrida nos últimos meses do ano induziram a uma quebra deste indicador face a 2007. No entanto, a especial atenção dada aos custos permitiram que se terminasse o exercício com um resultado antes de impostos de 607 mil euros, mais 24% que em período homólogo.

Para 2009 espera-se um nível de facturação idêntico ao ocorrido no período em análise, acompanhado de perto por um controlo de despesas que concretize um nível razoável de lucro.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	8.245.934	7.913.597	-4,03%
E.B.I.T.D.A. operacional	8.721.510	8.132.328	-6,76%
E.B.I.T.	1.583.686	1.640.904	3,61%
Resultado antes de impostos	487.675	606.765	24,42%

**CAETANO COMPONENTS, S.A.**

Caetano Components é a nova designação para a IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A., encontrando-se a sua actividade focalizada na produção de componentes automóveis essencialmente destinada a outras empresas do Grupo Salvador Caetano, nomeadamente a Caetanobus e Toyota Caetano Portugal, sendo que o seu desempenho reflecte o decréscimo de actividade das principais parceiras, permanecendo contudo em zona de lucros.

Devido à forte dependência das empresas atrás citadas, espera-se que o próximo exercício propicie uma evolução do negócio capaz de fazer permanecer a empresa ao nível do ponto crítico.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	9.574.333	7.952.815	-16,94%
E.B.I.T.D.A. operacional	1.606.052	585.108	-63,57%
E.B.I.T.	949.133	48.050	-94,94%
Resultado antes de impostos	893.650	21.133	-97,64%

**CABO VERDE MOTORS, S.A.**

Em Cabo Verde, o Grupo encontra-se representado pela empresa Cabo Verde Motors, responsável pela comercialização do produto Toyota.

O volume de negócios desta empresa apresenta um acréscimo de 12% face ao período homólogo passado, tendo no entanto sacrificado um ponto percentual na margem bruta.

Quanto ao resultado alcançado no exercício em análise, apesar de se encontrar num nível confortável, diminuiu face a 2007, uma vez que naquele exercício ocorreu uma mais valia com a venda de uma participação.



Assumindo-se como uma empresa de referência em Cabo Verde, a sua evolução encontra-se inevitavelmente associada ao crescimento do País, que tem sido estimulado pelo investimento estrangeiro, em particular no sector do Turismo. Desta forma, apesar de expectativas favoráveis para a economia cabo verdiana, em 2009, dever-se-á estar atento, uma vez que ainda se encontra vulnerável a possíveis choques externos, dada a crise internacional.

	2007	2008	Variação
Volume de negócios	17.161.957	19.303.244	12,48%
E.B.I.T.D.A. operacional	2.739.487	3.012.242	9,96%
E.B.I.T.	2.526.624	2.003.176	-20,72%
Resultado antes de impostos	2.478.850	1.985.053	-19,92%

*Taxa de Câmbio 1€ = 109,89 CVE*

## **ACTIVIDADE FINANCEIRA**

Neste exercício em análise, o volume de negócios consolidado ascendeu a 535,4 milhões de Euros, que se traduziu numa ligeira quebra face a 2007, num quadro de manutenção de perímetro de consolidação, excepção feita à aquisição da Movicargo, em Junho de 2008. Relativamente à margem bruta de comercialização verificou-se uma ligeira melhoria, tendo passado de 22,0%, em 2007, para 22,3%, em 2008.

Em termos operacionais, o Grupo viu o seu resultado decrescer cerca de 50%, face a 2007, que em valor se traduziu em 8 milhões de Euros. Para esta situação contribuiu fundamentalmente a redução de ganhos com a alienação de imobilizado e a constituição de um ajustamento de 1,5 milhões de Euros relativo ao apuramento do justo valor da participação financeira detida no BCP. Comparativamente, o ano de 2007 contou com a recuperação de liquidações fiscais, na Toyota Caetano Portugal, no montante de 1 milhão de Euros.

O resultado líquido consolidado de 1,6 milhões de euros, face aos 11,1 milhões registados em 2007, traduz o comportamento dos resultados operacionais bem como um agravamento dos prejuízos financeiros, fruto do crescimento da dívida a instituições financeiras no montante de 20 milhões de Euros.

O Grau de Autonomia Financeira de 38% denuncia uma quebra de 4 p.p., face a 2007, consequência de um incremento do Passivo, provocado essencialmente, pela utilização de linhas de crédito disponíveis.

## **CONCLUSÃO**

A forte ligação do Grupo Toyota Caetano Portugal ao sector automóvel, leva a que alterações do sistema fiscal associado a este mercado, bem como a evolução da conjuntura económica e social no País, possam ser um factor condicionante da evolução mais ou menos favorável deste Grupo.

No entanto, o lançamento de novos modelos da Toyota e Lexus, previstos para 2009, deverão ser condição suficiente para que se possam atingir níveis de actividade que permitam ao Grupo a manutenção de uma rentabilidade positiva, mesmo face à forte crise, isto tudo, tendo sempre presente a garantia de total satisfação dos nossos clientes, factor endógeno aos valores do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Por último, uma palavra de agradecimento a todos aqueles que, com o seu empenho, contribuíram de forma eficaz para o desempenho do Grupo.

## **DECLARAÇÃO**

Vêm todos os membros do Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos termos da alínea c) do nº1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A., e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

Vila Nova de Gaia, 3 de Abril de 2009

O Conselho de Administração

Salvador Fernandes Caetano – Presidente

José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente

Hiroyuki Ochiai

Massimo Nordio

Maria Angelina Martins Caetano Ramos

Salvador Acácio Martins Caetano

Ana Maria Martins Caetano

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	IAS/IFRS 31-12-2008	IAS/IFRS 31-12-2007
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Diferenças de consolidação	9	611.997	-
Imobilizações incorpóreas	6	509.477	410.019
Imobilizações corpóreas	7	100.359.672	102.699.447
Propriedades de investimento	8	17.374.549	18.600.828
Investimentos disponíveis para venda	10	4.712.757	15.259.320
Activos por impostos diferidos	15	2.559.878	2.568.264
Clientes	12	3.171.348	3.006.566
Total do activo não corrente		<u>129.299.678</u>	<u>142.544.444</u>
<b>ACTIVO CORRENTE:</b>			
Existências	11	105.692.852	109.925.764
Clientes	12	72.117.474	70.219.441
Outras dívidas de terceiros	13	16.959.638	9.094.591
Outros activos correntes	14	2.916.546	2.059.922
Caixa e equivalentes a caixa	16	15.634.472	4.506.433
Total do activo corrente		<u>213.320.982</u>	<u>195.806.151</u>
Total do activo		<u><u>342.620.660</u></u>	<u><u>338.350.595</u></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	17	35.000.000	35.000.000
Reserva legal		7.498.903	6.958.903
Reservas de reavaliação		6.195.184	6.195.184
Reservas de conversão cambial		(1.695.238)	(1.695.238)
Reservas de justo valor		231.536	6.795.767
Outras reservas		76.789.014	74.439.433
Resultado consolidado líquido do exercício		1.797.793	11.525.897
	18	<u>125.817.192</u>	<u>139.219.946</u>
Interesses minoritários	19	3.490.459	3.936.005
Total do capital próprio		<u>129.307.651</u>	<u>143.155.951</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de longo prazo	20	2.000.000	2.000.000
Responsabilidades por pensões	24	291.338	3.862.549
Outras dívidas a terceiros	22	8.979.463	2.537.197
Passivos por impostos diferidos	15	1.717.460	4.424.283
Total do passivo não corrente		<u>12.988.261</u>	<u>12.824.029</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de curto prazo	20	116.407.762	96.072.286
Fornecedores	21	42.264.757	47.513.264
Outras dívidas a terceiros	22	21.230.881	21.085.627
Outros passivos correntes	23	18.968.902	15.571.536
Provisões	25	631.184	2.127.902
Instrumentos financeiros derivados	26	821.262	-
Total do passivo corrente		<u>200.324.748</u>	<u>182.370.615</u>
Total do passivo e capital próprio		<u><u>342.620.660</u></u>	<u><u>338.350.595</u></u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
MASSIMO NORDIO  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
ANA MARIA MARTINS CAETANO

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	IAS/IFRS 31-12-2008	IAS/IFRS 31-12-2007
Proveitos operacionais:			
Vendas	32	501.492.883	516.489.150
Prestações de serviços	32	33.885.251	29.040.659
Outros proveitos operacionais	33	26.439.542	31.452.875
Total de proveitos operacionais		<u>561.817.676</u>	<u>576.982.684</u>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	11	419.041.990	425.843.466
Varição da produção	11	(3.292.589)	(448.037)
Fornecimentos e serviços externos		59.175.778	55.427.429
Custos com o pessoal		50.003.086	52.182.116
Amortizações e depreciações	6 e 7	20.374.511	19.503.055
Amortizações de propriedades de investimento	8	1.307.099	1.168.877
Provisões e perdas por imparidade	25	2.988.498	1.668.315
Outros custos operacionais		4.222.058	5.587.778
Total de custos operacionais		<u>553.820.431</u>	<u>560.932.999</u>
Resultados operacionais		<u>7.997.245</u>	<u>16.049.685</u>
Custos financeiros	34	(7.190.796)	(6.066.744)
Proveitos financeiros	34	3.043.994	3.898.272
Resultados antes de impostos de operações continuadas		3.850.443	13.881.213
Impostos sobre o rendimento de operações continuadas	28	(2.284.737)	(4.566.458)
		<u>1.565.706</u>	<u>9.314.755</u>
Resultados antes de impostos de operações descontinuadas	5	-	1.810.601
Impostos sobre o rendimento de operações descontinuadas		-	-
		<u>-</u>	<u>1.810.601</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>1.565.706</u>	<u>11.125.356</u>
Resultado líquido consolidado das operações continuadas			
Atribuível:			
ao Grupo		1.797.793	9.715.296
a interesses minoritários	19	(232.087)	(400.541)
		<u>1.565.706</u>	<u>9.314.755</u>
Resultado líquido consolidado das operações descontinuadas			
Atribuível:			
ao Grupo	5	-	1.810.601
a interesses minoritários		-	-
		<u>-</u>	<u>1.810.601</u>
Resultado líquido consolidado			
Atribuível:			
ao Grupo		1.797.793	11.525.897
a interesses minoritários	19	(232.087)	(400.541)
		<u>1.565.706</u>	<u>11.125.356</u>
Resultados por acção:			
Básico			
de operações continuadas	29	0,045	0,266
de operações descontinuadas	29	-	0,052
		<u>0,045</u>	<u>0,318</u>
Diluído			
de operações continuadas	29	0,045	0,266
de operações descontinuadas	29	-	0,052
		<u>0,045</u>	<u>0,318</u>

O Anexo faz parte integrante da demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
MASSIMO NORDIO  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
ANA MARIA MARTINS CAETANO

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor	Outras reservas	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2006	35.000.000	6.568.803	6.195.184	(608.424)	7.234.880	65.785.732	85.176.175	4.285.575	14.360.280	138.822.030
Aplicação do resultado consolidado de 2006:										
Transferência para reserva legal	-	390.100	-	-	-	-	390.100	-	(390.100)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(5.950.000)	(5.950.000)
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	8.020.180	8.020.180	-	(8.020.180)	-
Variação nas reservas de conversão cambial	-	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)	-	-	(1.086.814)
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(439.113)	-	(439.113)	-	-	(439.113)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	11.525.897	11.525.897
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(400.541)	-	(400.541)
Outros	-	-	-	-	-	633.521	633.521	50.971	-	684.492
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	35.000.000	6.958.903	6.195.184	(1.695.238)	6.795.767	74.439.433	92.694.049	3.936.005	11.525.897	143.155.951
Aplicação do resultado consolidado de 2007:										
Transferência para reserva legal	-	540.000	-	-	-	-	540.000	-	(540.000)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.750.000)	(8.750.000)
Transferência para outras reservas	-	-	-	-	-	2.235.897	2.235.897	-	(2.235.897)	-
Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-	(6.564.231)	-	(6.564.231)	-	-	(6.564.231)
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	1.797.793	1.797.793
Interesses minoritários no resultado	-	-	-	-	-	-	-	(232.087)	-	(232.087)
Outros	-	-	-	-	-	113.684	113.684	(213.459)	-	(99.775)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	35.000.000	7.498.903	6.195.184	(1.695.238)	231.536	76.789.014	89.019.399	3.490.459	1.797.793	129.307.651

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
MASSIMO NORDIO  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
ANA MARIA MARTINS CAETANO

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.  
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em Euros)

	IAS/IFRS 31-12-2008	IAS/IFRS 31-12-2007
<b><u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u></b>		
Recebimentos de clientes	504.213.167	697.842.450
Pagamentos a fornecedores	(408.273.539)	(608.173.933)
Pagamentos ao pessoal	(43.502.578)	(44.413.596)
Fluxos gerados pelas operações	<u>52.437.050</u>	<u>45.254.921</u>
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento	(5.709.167)	(3.041.139)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à actividade operacional	(40.015.108)	(53.869.783)
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>6.712.775</u>	<u>(11.656.001)</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u></b>		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	-	16.845.964
Imobilizações corpóreas	14.853.190	19.393.187
Imobilizações incorpóreas	600	14.556
Juros e proveitos similares	436.739	582.173
Dividendos	295.699	449.131
	<u>15.586.228</u>	<u>37.285.011</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros (Notas 5 e 16)	(1.130.000)	(610)
Imobilizações corpóreas	(16.031.932)	(11.046.611)
Imobilizações incorpóreas	(562.157)	(204.164)
	<u>(17.724.089)</u>	<u>(11.251.385)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(2.137.861)</u>	<u>26.033.626</u>
<b><u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u></b>		
Recebimentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	22.344.242	184.690
	<u>22.344.242</u>	<u>184.690</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(2.867.102)	(16.951.452)
Amortizações de contratos de locação financeira	(326.695)	(237.222)
Juros e custos similares	(5.574.202)	(5.094.785)
Dividendos	(8.767.657)	(5.948.248)
	<u>(17.535.656)</u>	<u>(28.231.707)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>4.808.586</u>	<u>(28.047.017)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	<u>9.383.500</u>	<u>(13.669.392)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período (Nota 16)	<u>4.506.433</u>	<u>18.175.825</u>
Variações de perímetro (Nota 5)	1.744.539	-
Caixa e seus equivalentes no fim do período (Nota 16)	<u>15.634.472</u>	<u>4.506.433</u>

O Anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2008.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS  
ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente  
HIROYUKI OCHIAI  
MASSIMO NORDIO  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
ANA MARIA MARTINS CAETANO

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e encabeça um Grupo ("Grupo Toyota Caetano" ou "Grupo"), cujas empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização e aluguer de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

O Grupo Toyota Caetano exerce a sua actividade essencialmente em Portugal e em Cabo Verde.

Em 2 de Janeiro de 2007, foram alienados todos os negócios "não Toyota" detidos directa e indirectamente pelo Grupo Toyota Caetano como forma de garantir uma maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurarem à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível do mercado mundial (Nota 5).

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 31 de Dezembro de 2008, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe")	Vila Nova de Gaia
Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano")	Vila Nova de Gaia
Caetano Components, S.A. ("Caetano Components")	Carvalhos
Caetano Renting, S.A. ("Caetano Renting")	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. ("Caetano Auto")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner, S.G.P.S., S.A. ("Auto Partner SGPS")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. ("Auto Partner")	Vila Nova de Gaia
Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel, S.A. ("Auto Partner II")	Vila Nova de Gaia
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda. ("Movicargo") <sup>(1)</sup>	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Salvador Caetano (UK), Ltd. ("Salvador Caetano UK") <sup>(2)</sup>	Leicestershire (Inglaterra)
Cabo Verde Motors, S.A.R.L. ("Cabo Verde Motors")	Praia (Cabo Verde)

<sup>(1)</sup> Empresa adquirida em 2008 (Nota 5)

<sup>(2)</sup> Empresa que não teve qualquer actividade no exercício de 2008

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas

Em 2007 foi aprovada ("endorsed") pela União Europeia, a IFRS 8 – Operating Segments, a qual é efectiva para exercícios económicos iniciados após 1 de Janeiro de 2009. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("endorsed") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações:

	<b>Data de Eficácia</b>
<b><u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u></b>	
IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações) <sup>(1)</sup>	01-07-08
IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes <sup>(2)</sup>	01-07-08
IFRIC 14 - IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção <sup>(2)</sup>	01-01-08
<b><u>Com aplicação obrigatória após 2008</u></b>	
IFRS 8 – Segmentos operacionais	01-01-09
IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (Alterações)	01-01-09
IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (Revista)	01-01-09
IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos (Alterações)	01-01-09
IAS 32/IAS 1 - Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações)	01-01-09
Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007)	01-01-09
IFRS 1/IAS 27 - Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou Associada	01-01-09

(1) A 13 de Outubro de 2008, e como consequência da instabilidade verificada nos mercados financeiros internacionais, foram introduzidas alterações ao normativo de relato financeiro (IAS 39 e IFRS 7), já devidamente endossadas pela União Europeia, as quais se traduziram, principalmente, na possibilidade de transferência de activos financeiros para outras categorias. Tais alterações produziram efeitos imediatos permitindo a possibilidade de aplicação retroactiva a partir de 1 de Julho de 2008, desde que tais reclassificações fossem relevadas até 1 de Novembro de 2008. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano, pelo que a opção nelas permitida não foi aplicada.

(2) A entrada em vigor da IFRIC 13 e IFRIC 14, em 2008, não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Adicionalmente, em relação às normas com aplicação obrigatória após 2008, o Grupo optou por não efectuar qualquer aplicação antecipada das mesmas.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data, embora não se encontrem ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

	<b>Data de Eficácia</b>
Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais	01-07-09
Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS	01-07-09
IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações)	01-07-09
IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações)	01-07-09
IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações)	01-01-09
IFRIC 12 - Contratos relativos a serviços de concessão	01-01-09
IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária	01-01-09
IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido em operações com o exterior	01-10-08
IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários	01-07-09
IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes	01-07-09

Não se estima que da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de custos e proveitos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assumpções efectuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

## 2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

### a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, na rubrica "Interesses minoritários". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação (Notas 5 e 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica "Investimentos em empresas associadas". Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a empresas associadas".

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo não detinha investimentos financeiros em empresas associadas.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica "Diferenças de consolidação" (Nota 9), e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica "Investimentos em empresas associadas", e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado e, anualmente, o Grupo procede à realização de testes de imparidade formais às diferenças de consolidação existentes à data de encerramento das contas (Nota 9). Sempre que o montante pelo qual se encontra registada a diferença de consolidação seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do activo e da respectiva alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio “Outras reservas”.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2008 e 2007, as cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

2008					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2008	Câmbio Histórico Médio 2008	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2007
SC (UK), Ltd. <sup>(1)</sup>	GBP	n.a.	n.a.	n.a.	1,36631
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

  

2007					
Rubricas	Moeda	Câmbio Final 2007	Câmbio Histórico Médio 2007	Câmbio Data Constituição	Câmbio Final 2006
SC (UK), Ltd.	GBP	1,36631	1,45792	1,42645	1,49218
Cabo Verde Motors, SA	CVE	0,009069	0,009069	0,009069	0,009069
Aplicabilidade		Contas Balanço excepto Capitais Próprios	Contas de Resultados	Capital Social	Resultados Transitados

(1) As demonstrações financeiras da subsidiária Salvador Caetano (UK), Ltd. deixaram de ser alvo de conversão uma vez que a referida subsidiária alterou a sua moeda funcional para o Euro a partir de 1 de Janeiro de 2008.

(Montantes expressos em Euros)

### 2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

#### a) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respectivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração dos resultados.

Com excepção do equipamento de transporte afecto à empresa Caetano Renting, S.A., as amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

No caso da Caetano Renting, S.A. e devido às especificidades do seu negócio de rent-a-car, o equipamento de transporte é amortizado em regime de duodécimos a partir do momento em que o bem está em estado de ser usado até ao fim da sua vida útil.

O Conselho de Administração entende que a amortização numa base anual, com as excepções assinaladas não produz um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

b) Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

As amortizações do exercício das imobilizações incorpóreas são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respectivo justo valor objecto de divulgação (Nota 8).

Sempre que o justo valor destes activos se revele inferior ao seu respectivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Amortizações de propriedades de investimento” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Outros proveitos operacionais” na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias anuais efectuadas por entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento), tendo as últimas sido efectuadas no exercício de 2008.

(Montantes expressos em Euros)

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores de imobilizado. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado conforme descrito na Nota 2.3.a).

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

e) Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos como proveito na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

(Montantes expressos em Euros)

g) Imparidade de activos

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para o valor das "Diferenças de consolidação", a quantia recuperável é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efectuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso das "Existências", as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação de existências.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 25).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

(Montantes expressos em Euros)

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos registados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Toyota Caetano não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "activos financeiros detidos para negociação" e "instrumentos registados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos disponíveis para venda

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo Toyota Caetano detinha investimentos classificados nesta categoria que correspondem a acções de entidades cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa) (Nota 10).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica "Reservas de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.



(Montantes expressos em Euros)

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, consequentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os “investimentos disponíveis para venda” e os ‘investimentos registados ao justo valor através de resultados’ são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os “Investimentos detidos até à maturidade” são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos “Investimentos registados ao justo valor através de resultados” são registados na demonstração dos resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data do balanço.

O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Investimentos disponíveis para venda’, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

(Montantes expressos em Euros)

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos.

Estes instrumentos derivados, embora contratados com os objectivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor, se algum, e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efectuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respectivos contratos, afectam directamente as rubricas de Resultados financeiros da demonstração consolidada dos resultados.

vi) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

O Grupo Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, que configura um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.).

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o “Projected Unit Credit Method”.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 24).

Este Plano de Benefícios Definidos passou a abranger, a partir de 1 de Janeiro de 2008, os actuais reformados, os ex-funcionários do Grupo Toyota Caetano com “pensões diferidas” e os actuais funcionários e quadros do Grupo com mais de 50 anos de idade e pelo menos 15 anos ao serviço do Grupo.

(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, e na sequência de alterações introduzidas no exercício de 2008 em conformidade com autorização do ISP – Instituto de Seguros de Portugal, uma parte dos funcionários do Grupo Toyota Caetano que estava anteriormente abrangido pelo Plano de Benefícios Definidos acima referido, deixou de beneficiar daquele Plano e passou a beneficiar de um Plano de Contribuição Definida. Relativamente a este Plano de Contribuição Definida, o Grupo Toyota Caetano (através dos associados que fazem parte daquele Plano) efectua contribuições para um Fundo Autónomo (igualmente gerido pela ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) corresponde a 3 % da massa salarial anual de cada um dos respectivos beneficiários.

l) Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de benefício económico futuro.

m) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

n) Consolidação fiscal

Com excepção da Movicargo, os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal, e reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano em 31 de Dezembro de cada ano.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As restantes empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

o) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros activos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

p) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

q) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

r) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

s) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 30.

t) Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, não existiam activos não correntes detidos para venda e que cumpram com os requisitos e condições acima referidos.

u) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do activo (contas a receber e existências) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados às diferenças de consolidação;
- d) Apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

v) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua actividade, o Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Reino Unido e Cabo Verde (apesar de a subsidiária que opera no Reino Unido estar actualmente inactiva e ter alterado no exercício a sua moeda funcional para o Euro). Por política do Grupo, é eleita uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Cabo Verde Motors, S.A.R.L.), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transacções comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

A política de gestão do risco de câmbio de tradução do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação (em 31 de Dezembro de 2008, esta situação não é aplicável a nenhuma subsidiária do Grupo).

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de balanço e os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão".

O montante de activos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como segue:

	Activos		Passivos	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6.234.615	5.366.483	673.218	1.041.811
Libra Esterlina (GBP)	755.832	709.633	17.817	5.045
Coroa Norueguesa (DKK)	590.069	229.661	-	-
Coroa Sueca (SEK)	24.399	28.651	2.147	9.375
Yene Japonês (JPY)	-	-	966.614	816.749
Dolar Americano (USD)	-	-	712	-

ii) Risco de preço

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2008 e 2007, esteve exposto ao risco de variação de preço dos "Investimentos disponíveis para venda". Aquela rubrica é essencialmente composta por acções detidas no Banco Comercial Português, S.A. ("BCP") e no Banco BPI, S.A. ("BPI"), as quais foram adquiridas em exercícios anteriores. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como "Investimentos disponíveis para venda", o efeito de alterações no respectivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.j)i) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2008		2007	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
BCP	10%	-	188.172	-	662.529
BPI	10%	-	276.724	-	847.566
BCP	(10%)	(207.172)	-	-	(728.782)
BPI	(10%)	-	(304.396)	-	(932.323)

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes factores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de Taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data do balanço. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efectiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2008		2007	
		Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Contas correntes caucionadas	1 p.p	223.181	-	309.000	-
Descobertos bancários	1 p.p	169.714	-	79.751	-
Papel Comercial	1 p.p	745.434	-	591.972	-
Total		1.138.329	-	980.730	-
Contas correntes caucionadas	(1 p.p)	(223.181)	-	(309.000)	-
Descobertos bancários	(1 p.p)	(169.714)	-	(79.751)	-
Papel Comercial	(1 p.p)	(745.434)	-	(591.972)	-
Total		(1.138.329)	-	(980.730)	-

A análise acima não inclui a consideração do instrumento derivado de cobertura ("swap" de taxa de juro) contratado pelo Grupo para fazer face a variações na taxa de juro (Nota 26).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objectivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 102.773.290 Euros e 93.565.853 Euros, respectivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objectivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogéneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efectuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular. O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias "on first demand", cujo montante, em 31 de Dezembro de 2008 era de, aproximadamente, 9.900.000 Euros (7.223.000 em 31 de Dezembro de 2007), que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos (Nota 12).

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 encontram-se divulgados na Nota 25.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 25.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADASEM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

w) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas (Nota 40).

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efectiva	
	Dez-08	Dez-07
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa-mãe	
Saltano - Investimentos e Gestão (S.G.P.S.), S.A.	99,98%	99,98%
Salvador Caetano (UK), Ltd.	99,82%	99,82%
Caetano Components, S.A.	99,98%	99,98%
Cabo Verde Motors, S.A.R.L.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	99,98%	99,98%
Caetano - Auto, S.A.	93,18%	92,89%
Auto Partner, S.G.P.S., S.A.	46,59%	46,45%
Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A.	46,59%	46,45%
Auto Partner II- Reparador de Colisão Automóvel, S.A.	46,59%	46,45%
Movicargo – Movimentação Industrial, Lda.	100,00%	n.a

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação, as quais afectaram a comparabilidade das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 com as do exercício anterior:

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Aquisições

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe") adquiriu, no primeiro semestre de 2008, a filial Movicargo – Movimentação industrial, Lda.. Esta aquisição teve o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008:

	Valor contabilístico	Imputação de justo valor	Total ajustado
Activos líquidos adquiridos			
Imobilizações corpóreas (Nota 7)	4.071.014	-	4.071.014
Existências (Nota 11)	1.236.484	-	1.236.484
Outros activos correntes	1.888.389	-	1.888.389
Caixa e equivalentes a caixa	1.744.539	-	1.744.539
Outros passivos	(8.422.423)	-	(8.422.423)
	<u>518.003</u>	<u>-</u>	<u>518.003</u>
Diferenças de consolidação (Nota 9)		-	611.997
Interesses minoritários		-	-
Preço de aquisição		<u>-</u>	<u>1.130.000</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			1.130.000
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			<u>(1.744.539)</u>
			<u>(614.539)</u>

Importa ainda salientar que, em virtude da Movicargo ter sido adquirida no final do primeiro semestre de 2008, a sua consolidação consistiu apenas nas respectivas operações a partir de 1 de Julho de 2008. Caso a aquisição efectuada tivesse sido reportada a 1 de Janeiro de 2008, os proveitos operacionais consolidados viriam aumentados em, aproximadamente, 3,47 Milhões de Euros.

Adicionalmente, o Conselho de Administração entende que o justo valor dos activos e passivos daquela subsidiária não difere do seu valor contabilístico na data da sua aquisição.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

Conforme descrito na Nota introdutória, foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios "não Toyota" detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais. Esta alienação envolveu as seguintes entidades, que desta forma deixaram de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano:

Participação directa da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

Transcom, SARL.

Salvador Caetano (Moçambique), SARL.

Participação directa da Saltano, SGPS, S.A.:

Caetano Spain, S.A.

CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A.

Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A.

Contrac, GMBH

Global S, (SGPS), S.A.

Participação directa da Cabo Verde Motors, SARL:

Indicabo – Veículos Automóveis, Lda.

Forcabo – Veículos Automóveis, Lda.

Participação directa da Salvador Caetano (UK), Ltd.:

Reliant Coaches, Ltd.

Caetano Uk, Ltd.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Participação directa da Portianga, S.A.:  
Robert Hudson, Ltd.Activos:

Divisão Fabril do Carregado (Pintura industrial e Tratamento de superfície)

O valor global da alienação das participações financeiras acima referidas e, deste modo, de todos os activos e passivos afectos a essas entidades, ascendeu a, aproximadamente, 14.541.000 Euros. Adicionalmente, e em conformidade com a deliberação referida na Nota Introdutória, o conjunto dos bens activos, com todos os direitos inerentes, nomeadamente direitos de propriedade intelectual e licenças, e dos passivos afectos à Divisão Fabril do Carregado, foi igualmente objecto de alienação pelo montante 8.850.000 Euros.

A operação acima referida resultou no registo de uma mais-valia na demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, na rubrica "Resultados antes de impostos de operações descontinuadas" no montante de 1.810.601 Euros.

6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2008					
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Total
Activo bruto:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	3.971.322
Adições	3.336	355.294	58.864	-	417.494
Alienações	-	-	(1.200)	-	(1.200)
Variações de perímetro	-	-	-	-	-
Transferências e abates	(64.592)	860.267	18.911	-	814.586
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	4.003.023	120.525	1.065.053	5.202.202
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	13.601	2.439.300	43.350	1.065.053	3.561.304
Amortização do exercício	-	358.562	239	-	358.801
Alienações, abates e transferências	-	815.970	(43.350)	-	772.620
Variações de perímetro	-	-	-	-	-
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	13.601	3.613.832	239	1.065.053	4.692.725
Valor líquido	-	389.191	120.286	-	509.477

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

2007						
	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo	Total
<b>Activo bruto:</b>						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	142.780	4.839.143	42.750	1.065.053	60.430	6.150.156
Adições	-	449.619	-	-	-	449.619
Alienações	(49.940)	-	(62.625)	-	-	(112.565)
Variações de perímetro	(92.282)	(2.416.091)	-	-	-	(2.508.373)
Transferências e abates	74.299	(85.209)	63.825	-	(60.430)	(7.515)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	74.857	2.787.462	43.950	1.065.053	-	3.971.322
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>						
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	31.465	4.052.924	42.750	1.065.053	-	5.192.192
Amortização do exercício	-	343.471	9.775	-	-	353.246
Alienações, abates e transferências	16.668	(76.283)	(9.175)	-	-	(68.790)
Variações de perímetro	(34.530)	(1.880.814)	-	-	-	(1.915.344)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	13.603	2.439.297	43.350	1.065.053	-	3.561.303
Valor líquido	61.254	348.165	600	-	-	410.019

**7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2008									
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Total
<b>Activo bruto:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.711	8.700.770	3.946.505	1.621.521	220.201.376
Adições	27.488	1.310.879	2.323.238	36.343.099	226.147	378.116	214.190	1.149.642	41.972.799
Alienações e abates	-	-	(289.310)	(40.135.364)	(4.471)	(46.452)	(8.232)	(54.500)	(40.538.329)
Variações de perímetro	-	212.186	53.643	8.200.966	36.241	147.534	126.880	54.500	8.831.950
Transferências	(925.759)	(152.308)	(218.675)	920.925	442	(889.575)	(3.304)	(205.402)	(1.473.656)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	15.420.559	80.081.778	47.641.863	60.027.677	10.690.070	8.290.393	4.276.039	2.565.761	228.994.140
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.003	7.599.890	2.707.306	-	117.501.929
Amortização do exercício	-	4.025.969	2.407.277	12.303.332	544.338	429.224	305.570	-	20.015.710
Alienações, abates e transferências	-	(1.140.893)	(341.246)	(11.218.189)	2.657	(849.561)	(96.875)	-	(13.644.107)
Variações de perímetro	-	199.830	19.333	4.220.896	30.227	120.671	169.979	-	4.760.936
Saldo final em 31 de Dezembro de 2008	-	49.802.638	36.674.409	21.538.992	10.232.225	7.300.224	3.085.980	-	128.634.468
Valor líquido	15.420.559	30.279.140	10.967.454	38.488.685	457.845	990.169	1.190.059	2.565.761	100.359.672

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

2007

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Ferramentas e Utensílios	Equipamento Administrativo	Outras Imobilizações Corpóreas	Imobilizações em Curso	Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas	Total
Activo bruto:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	22.916.966	104.002.312	59.419.320	51.600.853	11.289.995	8.851.862	4.358.687	5.265.570	164.574	267.870.139
Adições	212.505	5.728.013	2.749.009	40.517.399	567.230	616.145	662.127	2.523.880	-	53.576.308
Alienações e abates	-	(290.490)	(1.895.951)	(38.530.284)	(338.213)	(701.991)	(732.059)	-	-	(42.488.988)
Variações de perímetro	(2.624.301)	(11.805.529)	(15.286.759)	(645.229)	(1.306.712)	(166.650)	(947.652)	(1.962.426)	-	(34.745.258)
Transferências	(4.186.340)	(18.923.285)	787.348	1.755.312	219.412	101.403	605.402	(4.205.503)	(164.574)	(24.010.825)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	16.318.830	78.711.021	45.772.967	54.698.051	10.431.712	8.700.769	3.946.505	1.621.521	-	220.201.376
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006	-	59.917.638	40.506.003	15.966.217	10.322.422	7.907.152	2.904.612	-	-	137.524.044
Amortização do exercício	-	3.758.020	2.440.805	11.635.450	572.519	483.930	259.086	-	-	19.149.810
Alienações, abates e transferências	-	(14.561.857)	(1.832.656)	(10.981.645)	(119.029)	(548.671)	(125.740)	-	-	(28.169.598)
Variações de perímetro	-	(2.396.069)	(6.525.107)	(387.069)	(1.120.908)	(242.522)	(330.652)	-	-	(11.002.327)
Saldo final em 31 de Dezembro de 2007	-	46.717.732	34.589.045	16.232.953	9.655.004	7.599.889	2.707.306	-	-	117.501.929
Valor líquido	16.318.830	31.993.289	11.183.922	38.465.098	776.708	1.100.880	1.239.199	1.621.521	-	102.699.447

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo transferiu o montante bruto de 1.128.415 Euros (e respectivas amortizações no montante de 1.047.595 Euros) do seu imobilizado corpóreo (das rubricas "Terrenos e recursos naturais" e "Edifícios e outras construções") para a rubrica "Propriedades de investimento", em virtude dos referidos imóveis terem cessado a sua utilização para o desenvolvimento da actividade operacional do Grupo, tendo passado a ser arrendados a entidades externas (Nota 8).

As "Variações de perímetro" incluem o efeito da consolidação da Movicargo (Nota 5).

Os movimentos registados na rubrica "Equipamento de transporte" referem-se essencialmente a viaturas que se encontram ao serviço do Grupo, bem como a máquinas de movimentação de carga ("Empilhadores") ao serviço do Grupo e para aluguer operacional a clientes.

## 8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica "Proveitos financeiros" e ascenderam a 2.737.467 Euros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 (2.786.665 Euros em 31 de Dezembro de 2007) (Nota 34). As amortizações do exercício de 2008 das Propriedades de investimento ascenderam a 1.307.099 Euros (1.168.877 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 54,3 milhões de Euros.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

O detalhe dos activos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser detalhado como segue:

Imóvel	Local	Dez-08		Dez-07	
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação
Instalações Fabris	V.N. Gaia	1.337.279	11.000.000	1.839.777	17.174.800
Instalações Fabris	Carregado	6.496.737	26.000.000	7.607.540	16.318.500
Armazem industrial	V.N. Gaia	978.368	5.034.000	1.352.223	13.710.800
Instalações Comerciais	Vários locais	4.082.891	8.113.000	4.316.283	11.940.000
Terrenos não utilizados	Vários locais	4.479.274	4.134.000	3.485.006	2.503.900
		17.374.549	54.281.000	18.600.828	61.648.000

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

2008			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	5.513.847	31.475.659	36.989.506
Transferências	3.593.172	(2.464.757)	1.128.415
Saldo final	9.107.019	29.010.902	38.117.921

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	18.388.678	18.388.678
Aumentos	-	1.307.099	1.307.099
Transferências	-	1.047.595	1.047.595
Saldo final	-	20.743.372	20.743.372

2007			
Valor bruto	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	136.233	10.080.733	10.216.966
Transferências	5.377.614	21.394.926	26.772.540
Saldo final	5.513.847	31.475.659	36.989.506

Amortizações acumuladas	Terrenos	Edifícios	Total
Saldo Inicial	-	2.574.205	2.574.205
Aumentos	-	1.168.877	1.168.877
Transferências	-	14.645.596	14.645.596
Saldo final	-	18.388.678	18.388.678

O justo valor das propriedades de investimento que é objecto de divulgação em 31 de Dezembro de 2008 foi determinado por avaliação imobiliária efectuada por uma entidade especializada independente – American Appraisal (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

9. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido na rubrica “Diferenças de consolidação” foi o seguinte:

	Dez-08
Valor bruto	
Saldo inicial	-
Aumentos (Nota 5)	611.997
Diminuições	-
Saldo final	611.997
Valor líquido	611.997

As diferenças de consolidação não são amortizadas. São efectuados testes de imparidade das diferenças de consolidação com uma periodicidade anual.

O aumento verificado na rubrica “Diferenças de consolidação” no exercício de 2008 diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição da filial Movicargo (Nota 5).

10. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica era composta como segue:

	NÃO CORRENTES	
	Dez-08	Dez-07
<u>Investimentos em empresas associadas</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	-	1.098.968
Outras regularizações	-	(1.098.968)
	-	-
Activos detidos para venda	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-
<u>Investimentos disponíveis para venda</u>		
Justo valor em 1 de Janeiro	15.259.320	16.967.025
Alienações durante o exercício	-	(1.157.097)
Aumento/(diminuição) no justo valor	(10.553.389)	(597.432)
Outras regularizações	6.826	46.824
Justo valor em 31 de Dezembro	4.712.757	15.259.320

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 4.650.620 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa (BCP e BPI), estando os mesmos registados ao seu justo valor. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

O montante registado em “Outras regularizações” no exercício de 2007 na rubrica “Investimentos em empresas associadas” diz respeito ao investimento no Grupo Auto Partner, que no exercício de 2007 passou a ser objecto de consolidação pelo método de consolidação integral.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o Grupo alienou a totalidade da participação financeira que detinha na Empresa “GE Capital Holding Portugal, S.A.”, da qual resultou uma menos-valia de 212.144 Euros.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Adicionalmente, o efeito no capital próprio e nas perdas de imparidade nos exercícios de 2008 e 2007 do registo dos "Investimentos disponíveis para venda" ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

	Dez-08	Dez-07
Varição no justo valor	(9.014.406)	(597.432)
Imposto diferido passivo (Nota 15)	2.450.175	158.319
Efeito no capital próprio	(6.564.231)	(439.113)
Perda de imparidade (Nota 25)	(1.538.983)	-
	<u>(8.103.214)</u>	<u>(439.113)</u>

11. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	15.457.434	21.524.900
Produtos e Trabalhos em curso	7.489.622	6.638.221
Produtos acabados e Intermédios	6.944.328	4.496.272
Mercadorias	78.870.567	79.847.661
	108.761.951	112.507.054
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 25)	(3.069.099)	(2.581.290)
	<u>105.692.852</u>	<u>109.925.764</u>

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi apurado como segue:

	Dez-08			Dez-07		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	79.847.661	21.524.900	101.372.561	78.255.060	19.531.478	97.786.538
Compras Líquidas	332.325.251	78.435.695	410.760.946	344.483.641	71.215.306	415.698.947
Varição de perímetro	1.236.484	-	1.236.484	9.004.859	4.725.683	13.730.542
Existências Finais	(78.870.567)	(15.457.434)	(94.328.001)	(79.847.661)	(21.524.900)	(101.372.561)
Total	<u>334.538.829</u>	<u>84.503.161</u>	<u>419.041.990</u>	<u>351.895.899</u>	<u>73.947.567</u>	<u>425.843.466</u>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi apurada como segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-08	Dez-07
Existências finais	14.433.950	11.134.493
Varição de perímetro	-	10.417.752
Regularização de existências	(6.868)	-
Existências iniciais	(11.134.493)	(21.104.208)
Total	<u>3.292.589</u>	<u>448.037</u>



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

12. CLIENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ACTIVOS CORRENTES		ACTIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Cientes, conta corrente	72.952.972	70.378.701	3.921.348	3.756.566
Cientes, letras a receber	36.233	195.543	-	-
Cientes cobrança duvidosa	10.886.643	11.027.986	-	-
	83.875.848	81.602.230	3.921.348	3.756.566
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 25)	(11.758.374)	(11.382.789)	(750.000)	(750.000)
	72.117.474	70.219.441	3.171.348	3.006.566

As contas a receber de Clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.796.974 Euros (2.632.192 Euros em 31 de Dezembro de 2007) a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos, e se encontram a vencer juros). Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante de 1.124.374 Euros a receber da entidade relacionada Salvador Caetano (Moçambique), S.A.R.L., para o qual se encontra registada uma perda de imparidade no montante de 750.000 Euros.

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Antes de aceitar novos clientes, a Empresa obtém informação de agências de avaliação de crédito e efectua análises internas de risco de cobrança através de departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e gestão de processos em contencioso, atribuindo limites de crédito por cliente, com base na informação recolhida.

Antiguidade de contas a receberMaturidade das dívidas sem reconhecimento de perda de imparidade

2008					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	50.248.590	3.391.670	272.031	11.096.015	65.008.306
Cientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	15.381	813	-	2.771.265	2.787.459
Concessionários Independentes	7.051.559	261.659	911	9.205	7.323.334
Frotistas	459.779	95.405	99.612	12.286	667.082
Total	57.775.309	3.749.547	372.554	13.888.771	75.786.181

  

2007					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	41.720.762	3.551.264	2.234.117	15.660.605	63.166.748
Cientes Cob. Duvidosa	-	-	-	-	-
Funcionários	46.431	29.151	66.154	2.396.075	2.537.811
Concessionários Independentes	6.544.898	664.512	13.796	-	7.223.206
Frotistas	264.293	678	2.866	10.834	278.671
Total	48.576.384	4.245.605	2.316.933	18.067.514	73.206.436

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Maturidade das dividas com reconhecimento de perda de imparidade

2008					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	-	-	-	1.124.374	1.124.374
Cientes Cob. Duvidosa	9.196	-	45.272	10.832.173	10.886.641
Total	9.196	-	45.272	11.956.547	12.011.015

2007					
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	-	-	-	1.124.374	1.124.374
Cientes Cob. Duvidosa	-	-	-	11.027.985	11.027.985
Total	-	-	-	12.152.359	12.152.359

Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de balanço. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Adiantamentos a fornecedores	22.447	23.038
Estado e outros entes públicos	195.871	836.607
Outros devedores	16.741.320	8.234.946
	16.959.638	9.094.591

A rubrica "Outros devedores" inclui o montante de, aproximadamente, 11,7 Milhões de Euros (3,6 Milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2007) que corresponde a adiantamentos efectuados pelo Grupo relativamente à realização de obras e benfeitorias em instalações para o desenvolvimento da actividade de retalho automóvel e que se estima que venham a ser suportados por terceiros no curto prazo.

Adicionalmente, esta rubrica inclui ainda em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante de, aproximadamente, 2 Milhões de Euros a receber da empresa relacionada Auto Partner III, SGPS, S.A.. Este montante encontra-se a vencer juros a taxas de mercado e não tem um plano de reembolso definido.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-08	Dez-07
Acréscimos de proveitos		
Reclamações de garantia	820.932	585.831
Comparticipação em frotas e campanhas	389.821	32.851
Comissões de intermediação de contratos de financiamento	163.823	-
Subsídios à formação	115.195	153.401
Rendas	113.814	49.273
Seguros	57.316	81.640
Bónus de fornecedores	24.763	83.674
Juros a receber	10.959	71.401
Outros	177.666	102.777
	1.874.289	1.160.848
Custos diferidos		
Juros liquidados	335.082	302.693
Seguros	209.689	207.698
Custos oficiais	184.521	149.516
Garantias bancárias	57.164	66.087
Outros	255.801	173.080
	1.042.257	899.074
Total	2.916.546	2.059.922

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

## 15. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, podem ser resumidos como segue:

2008				
	Dez-07	Impacto em resultados (Nota 28)	Impacto em capitais próprios	Dez-08
<u>Impostos diferidos activos:</u>				
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.708.978	12.731	-	1.721.709
Prejuízos fiscais reportáveis	381.011	(247.404)	-	133.607
Anulação de imobilizações	349.570	(17.725)	-	331.845
Anulação de custos diferidos	132.151	26.377	-	158.528
Valorização de instrumentos derivados	(3.446)	217.635	-	214.189
	<u>2.568.264</u>	<u>(8.386)</u>	<u>-</u>	<u>2.559.878</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.287.684)	160.441	-	(1.127.243)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(617.980)	70.544	-	(547.436)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(19.551)	19.551	-	-
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(48.893)	6.113	-	(42.781)
Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 10)	(2.450.175)	-	2.450.174	-
	<u>(4.424.283)</u>	<u>256.649</u>	<u>2.450.174</u>	<u>(1.717.460)</u>
Efeito líquido		<u>248.263</u>	<u>2.450.174</u>	

2007

	Dez-06	Variações de perímetro	Impacto em Resultados (Nota 28)	Impacto em Capitais Próprios	Dez-07
<u>Impostos diferidos activos:</u>					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	1.899.497	72.986	(263.505)	-	1.708.978
Prejuízos fiscais reportáveis	145.449	235.562	-	-	381.011
Anulação de imobilizações	371.513	15.127	(37.070)	-	349.570
Anulação de custos diferidos	69.075	-	63.076	-	132.151
Valorização de instrumentos derivados	4.687	(4.687)	(3.446)	-	(3.446)
	<u>2.490.221</u>	<u>318.988</u>	<u>(240.945)</u>	<u>-</u>	<u>2.568.264</u>
<u>Passivos por impostos diferidos :</u>					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1.360.193)	-	72.509	-	(1.287.684)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(697.974)	-	79.994	-	(617.980)
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	(301.159)	-	281.609	-	(19.551)
Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000	(55.005)	-	6.112	-	(48.893)
Imputação do justo valor de investimentos financeiros	(2.608.494)	-	-	158.319	(2.450.175)
	<u>(5.022.825)</u>	<u>318.988</u>	<u>440.223</u>	<u>158.319</u>	<u>(4.424.283)</u>
Efeito líquido		<u>318.988</u>	<u>199.278</u>	<u>158.319</u>	

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2008, e com base nas últimas declarações fiscais entregues, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis eram como segue:

	Dez-08		Dez-07		
Com limite de data de utilização:	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	Prejuízo fiscal	Impostos diferidos activos	Data limite de utilização
<u>Gerados em 2002</u>					
- Caetano Components, S.A.	-	-	581.796	145.449	2008
<u>Gerados em 2003</u>					
- Caetano Components, S.A.	-	-	65.744	-	2009
<u>Gerados em 2004:</u>					
- Caetano Components, S.A.	373.132	98.880	641.587	-	2010
<u>Gerados em 2005</u>					
- Auto Partner SGPS SA	69.055	-	69.055	17.264	2011
- Auto Partner II, SA	481.169	-	481.169	120.292	2011
- Caetano Components, S.A.	315.793	34.727	315.793	-	2011
<u>Gerados em 2006</u>					
- Auto Partner SGPS SA	2.059	-	3.785	946	2012
- Auto Partner II, SA	388.237	-	388.237	97.059	2012
<u>Gerados em 2007</u>					
- Auto Partner SGPS SA	63.772	-	-	-	2013
- Auto Partner CA, SA	219.604	-	-	-	2013
- Auto Partner II, SA	1.100.930	-	-	-	2013
	<u>3.013.751</u>	<u>133.607</u>	<u>2.547.166</u>	<u>381.011</u>	

Numa óptica de prudência, algumas das Empresas do Grupo Toyota Caetano não procedem e/ou desreconhecem no exercício de 2008 os activos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos impostos correntes e diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	31.12.2008	31.12.2007
Portugal	26,5%/25%	26,5%/25%
Cabo Verde	35,0%	35,0%
Reino Unido	30,0%	30,0%

Com excepção da Movicargo, as empresas do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 63º e 64º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2005 a 2008 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-08	Dez-07
Numerário	171.991	124.296
Depósitos bancários	15.451.558	4.373.042
Equivalentes a Caixa	10.923	9.095
	15.634.472	4.506.433

A Empresa e as suas participadas têm disponíveis linhas de crédito em 31 de Dezembro de 2008 no montante de, aproximadamente, 173,6 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras actividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

Em 31 de Dezembro de 2008, os pagamentos provenientes de investimentos financeiros foram como segue:

Montantes de pagamentos no âmbito da aquisição de participações financeiras

Movicargo	1.130.000
-----------	-----------

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A	60,00%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

18. CAPITAL PRÓPRIO

Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 11 de Abril de 2008, foi pago um dividendo de 0,25 Euros por acção (dividendo total de 8.750.000 Euros). Em 18 de Maio de 2007, o dividendo pago foi de 0,17 Euros por acção (dividendo total de 5.950.000 Euros).

Em relação ao exercício de 2008, o Conselho de Administração propõe que seja pago um dividendo de 0,07 Euros por acção. Esta proposta está sujeita a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e não foi incluída como responsabilidade nas demonstrações financeiras. O montante total estimado de dividendos ascende a 2.450.000 Euros. O pagamento deste dividendo não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos accionistas, excepto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respectivos bens objecto de reavaliação tenham sido alienados.

Reservas de conversão

As reservas de conversão reflectem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade (POC).

19. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

	Dez-08	Dez-07
Saldo inicial em 1 de Janeiro	3.936.005	4.285.575
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	(232.087)	(400.541)
Outros	(213.459)	50.971
Saldo final em 31 de Dezembro	3.490.459	3.936.005

20. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica "Empréstimos" era como segue:

	Dez-08			Dez-07		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	98.808.979	2.000.000	100.808.979	88.097.194	2.000.000	90.097.194
Descobertos bancários	17.598.783	-	17.598.783	7.975.092	-	7.975.092
	116.407.762	2.000.000	118.407.762	96.072.286	2.000.000	98.072.286

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, bem como as suas respectivas condições, é como segue:

2008				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Papel Comercial:				
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	22.318.057	50.850.000		
Descobertos bancários	17.598.783	24.250.000		
Facturas descontadas em regime de "Confirming"	4.990.922	5.000.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	6.800.000	6.800.000	05-06-2008	3 anos
Toyota Caetano Portugal	15.000.000	15.000.000	08-09-2008	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	20.000.000	12-07-2007	5 anos
Caetano Auto	4.000.000	4.000.000	30-08-2007	4 anos
	116.407.762	171.600.000		
	118.407.762	173.600.000		

2007				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<u>Não corrente</u>				
Papel Comercial:				
Caetano Renting	2.000.000	2.000.000	31-03-2006	5 anos
<u>Corrente</u>				
Contas correntes caucionadas	40.900.000	88.960.000		
Descobertos bancários	7.975.092	8.650.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	8.200.000	8.200.000	25-08-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	07-12-2006	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	29-06-2007	5 anos
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	27-11-2007	5 anos
Caetano Auto	3.997.194	4.000.000	30-08-2007	4 anos
	96.072.286	144.810.000		
	98.072.286	146.810.000		

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor, acrescidos de um "spread" que varia entre 0,25% e 1,50%.

Relativamente ao programa de papel comercial em 31 de Dezembro de 2008 classificado como "não corrente", as respectivas emissões podem ser efectuadas até um ano, até ao limite contratado, tendo a instituição financeira assumido a garantia de colocação integral de cada emissão a efectuar no âmbito do contrato, sendo igualmente intenção do Conselho de Administração utilizar aquele Programa num período superior a 12 meses.



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, o programa de papel comercial classificado como não corrente tinha o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto:

Dez-08	Taxa de juro média efectiva	2009	2010	2011	Total
<u>Papel comercial</u>					
Amortização		-	-	2.000.000	2.000.000
Juros	3,23%	86.513	65.497	32.479	184.490
		<u>86.513</u>	<u>65.497</u>	<u>2.032.479</u>	<u>2.184.490</u>

## 21. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades são liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

## 22. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES		PASSIVOS NÃO CORRENTES	
	Dez-08	Dez-07	Dez-08	Dez-07
Estado e outros Entes Públicos:				
Retenção de impostos sobre o Rendimento	402.354	421.412	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	9.091.189	7.100.053	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 28)	2.533.000	4.765.736	-	-
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte)	(2.446.109)	(2.301.558)	-	-
Imposto Automóvel	4.097.522	3.638.877	-	-
Direitos aduaneiros	715.470	1.011.333	-	-
Contribuições para a Segurança Social	811.033	808.985	-	-
Outros	206.293	481.456	-	-
	<u>15.410.752</u>	<u>15.926.294</u>	-	-
Accionistas	46.544	1.260.047	1.237.338	-
Adiantamentos de Clientes	905.430	541.520	-	-
Fornecedores de Imobilizado	2.200.624	827.859	7.725.677	2.516.915
Outros credores	2.667.531	2.529.907	16.448	20.282
	<u>21.230.881</u>	<u>21.085.627</u>	<u>8.979.463</u>	<u>2.537.197</u>

A rubrica "Accionistas" classificada como passivo não corrente diz integralmente respeito à entidade "F.S., S.G.P.S., S.A.", accionista das Empresas que constituem o Grupo Auto Partner.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica “Fornecedores de imobilizado” (Corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Curto Prazo	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			2010	2011	2012	> 2012		
400000780	Equipamento Industrial							
	Capital	15.300	-	-	-	-	-	15.300
	Juros	191	-	-	-	-	-	191
343616	Equipamento Industrial							
	Capital	112.191	118.822	125.845	133.283	82.087	460.037	572.228
	Juros	30.693	24.062	17.039	9.601	2.055	52.757	83.450
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	68.058	79.923	82.354	84.859	917.548	1.164.684	1.232.742
	Juros	36.701	33.572	31.141	28.656	196.415	289.784	326.485
VNG002	Instalações comerciais							
	Capital	36.071	38.106	40.256	42.526	1.106.061	1.226.949	1.263.020
	Juros	68.566	66.531	64.382	62.111	604.240	797.264	865.830
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	355.064	371.986	385.026	387.722	775.127	1.919.861	2.274.925
	Juros	106.234	89.312	71.556	53.407	49.916	264.191	370.425
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	1.081.140	998.979	886.805	589.870	478.492	2.954.146	4.035.286
	Juros	127.124	86.871	53.812	27.185	9.358	177.226	304.350
Total de Capital		1.667.824	1.607.816	1.520.286	1.238.260	3.359.315	7.725.677	9.393.501
Total de Juros		369.510	300.348	237.930	180.960	861.984	1.581.222	1.950.731

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos activos locados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

**23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	Dez-08	Dez-07
<b>Acréscimos de custos</b>		
Encargos com férias e subsídios de férias	6.193.747	6.473.592
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	1.911.710	1.086.435
Campanhas publicitárias e promoção vendas	1.638.084	916.202
Especialização de custos afectos a viaturas vendidas	1.523.709	2.662.649
Rendas	637.500	150.289
Comissões a liquidar	359.841	64.464
Reclamações de garantia	257.891	34.431
Custos "extracare" com garantias "Optimo"	242.450	244.350
Seguros a liquidar	211.063	331.921
Royalties	191.241	193.775
Juros a liquidar	133.295	542.654
Outros	4.351.746	1.325.495
	<b>17.652.277</b>	<b>14.026.258</b>
<b>Proveitos diferidos</b>		
Juros debitados a clientes	264.615	190.018
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	228.000	525.970
Rappel	35.834	100.000
Valor recebido da API, no âmbito do POE	-	537.370
Outros	788.176	191.920
	<b>1.316.625</b>	<b>1.545.278</b>
<b>Total</b>	<b>18.968.902</b>	<b>15.571.536</b>

**24. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES**

A Toyota Caetano (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subseqüentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e 23 de Dezembro de 2002.

Em 31 de Dezembro de 2008, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A.
- Caetano Components, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto os seus associados mantiverem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores (beneficiários) possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento de reforma não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

Face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Activos Financeiros, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

(Montantes expressos em Euros)

Na sequência do atrás descrito foi enviado em 18 de Dezembro de 2007 ao Instituto Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a acta de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo propondo, com efeitos a 1 Janeiro 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta de alteração ao regime dos complementos de reforma, devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões e anteriormente mencionada, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os actuais reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os actuais trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano e que à data de 1 de Janeiro de 2008 tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passará a estar incluído num Plano de Contribuição Definida. Este grupo, que passará a integrar o Plano de Contribuição Definida representava, com base nos dados do estudo actuarial reportado a 31 de Dezembro de 2007, cerca de 20% das responsabilidades totais estimadas.

Em 29 de Dezembro de 2008 foi recepcionada pela Toyota Caetano Portugal, S.A. uma carta contendo a aprovação pelo ISP - Instituto de Seguros de Portugal das alterações pretendidas e a vigorar desde de 1 de Janeiro de 2008. O Instituto de Seguros de Portugal determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de Janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades actuariais apuradas com referência a 31 de Dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo, o Grupo Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo (registadas na Demonstração dos resultados em “Custos com o pessoal”), tendo no exercício de 2008 essa contribuição ascendido a 812 milhares de Euros (840 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2007), permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 28,1 milhões de Euros. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente para o plano de benefício definido respeitantes ao Grupo Toyota Caetano ascendem em 31 de Dezembro de 2008 a, aproximadamente, 28,4 milhões de Euros. As responsabilidades do Fundo encontram-se totalmente cobertas, quer pela situação patrimonial do Fundo, quer pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de, aproximadamente, 291 mil de Euros.

Face à clarificação do pedido de alteração do Plano de Benefícios existente em 31 de Dezembro de 2007 e correspondente aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, entendeu o Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal voltar a adoptar a Tábua de Mortalidade TV 73/77 no cálculo actuarial das responsabilidades com aquele Plano, ao invés de utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90, conforme procedimento adoptado em anos anteriores. As principais razões que estiveram na base desta decisão são:

- a informação reportada pela Entidade gestora do Fundo de Pensões e que procede aos cálculos actuariais, de que a Tábua de Mortalidade TV 73/77 tem uma aderência adequada ao universo de beneficiários dos Complementos de Reforma; e
- o facto de a alteração aprovada pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal ter “interrompido” o aumento do universo de beneficiários, sendo o universo actual composto por reformados, ex-funcionários da Empresa com “Pensões diferidas” e actuais funcionários e quadros do Grupo com idade superior a 50 anos.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 73/77 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

As responsabilidades com pensões no âmbito do “Fundo de Pensões Salvador Caetano” a 1 de Janeiro de 2008, após aprovação do ISP – Instituto de Seguros de Portugal do formato do novo plano, conforme atrás referido, eram de 34.253.060 Euros.

A repartição deste valor a 1 de Janeiro de 2008 pelos dois planos resultantes (Plano de benefício definido e Plano de contribuição definida) pode resumir-se como segue:

Plano de benefício definido	28.258.700
Plano de contribuição definida	5.994.360
	-----
	34.253.060
	=====

O movimento das responsabilidades da Empresa com o Plano de benefício definido no exercício de 2008 pode ser resumido como segue:

Responsabilidades em 1 Janeiro 2008	28.258.700
	-----
Custo dos serviços correntes	338.030
Custo dos juros	1.372.544
(Ganhos) e perdas actuariais	4.861
Pagamentos de Pensões	( 1.615.632 )
	-----
Responsabilidades em 31 Dezembro 2008	28.358.503
	=====

O movimento da situação patrimonial do Fundo de pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2008, foi como segue:

Rúbrica	Plano benefício definido	Plano contribuição definido	Total
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2007	27.916.070	5.994.360	33.910.430
Contribuições	380.650	430.906	811.556
Retorno real dos activos do plano	1.386.077	203.274	1.589.351
Pagamentos de Pensões	(1.615.632)	-	(1.615.632)
Valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2008	28.067.165	6.628.540	34.695.705

25. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

Rubricas	2008				
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos (Nota 10)	1.995	1.538.983	-	-	1.540.978
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	12.132.789	436.535	(219.378)	158.428	12.508.374
Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 11)	2.581.290	1.012.980	(537.879)	12.708	3.069.099
Provisões	2.127.902	571.095	-	(2.067.813)	631.184

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	2007				
	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Diminuições	Outras regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas investimentos	1.141.702	-	(1.139.707)	-	1.995
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	13.828.477	171.460	(1.867.148)	-	12.132.789
Perdas de imparidade acumuladas em existências	5.023.768	1.496.855	(3.939.333)	-	2.581.290
Provisões	1.960.090	2.067.812	(90.000)	(1.810.000)	2.127.902

A totalidade do aumento da rubrica "Provisões" ocorrido no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados "Custos com o pessoal".

A coluna "Outras regularizações" da rubrica "Provisões" diz respeito ao pagamento de gratificações aos colaboradores no exercício de 2008, em função da performance atingida no exercício de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica "Provisões" é como se segue:

Descrição	Dez-08	Dez-07
Gratificações aos colaboradores	571.095	2.067.812
Contingências fiscais	60.089	60.090
	<u>631.184</u>	<u>2.127.902</u>

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOSDerivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo Toyota Caetano existentes em 31 de Dezembro de 2008 respeitam a "swaps" de taxa de juro ("cash flow hedges") contraídos com o objectivo de cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos, que embora não cumprindo os requisitos para serem designados instrumentos de cobertura, contribuem para a redução da exposição à variação das taxas de juro ou para a optimização do custo do funding.

O justo valor em 31 de Dezembro de 2008 ascendia a 821.262 Euros, e compreende uma exposição total de 42 Milhões de Euros, pelo prazo de 2 anos, a contar desde 21 de Outubro de 2008.

Estes instrumentos derivados foram avaliados tendo em consideração os cash flows estimados resultantes dos mesmos. É intenção do Grupo Toyota Caetano deter estes instrumentos até à sua maturidade, pelo que esta forma de avaliação traduz a melhor estimativa dos fluxos de caixa futuros decorrentes destes instrumentos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pela entidade bancária com quem os instrumentos foram contratados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado.

27. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-08	Dez-07
por letras descontadas	8.705	31.701
por créditos abertos	37.123	172.069
por fianças prestadas	18.305.574	17.507.880
	<u>18.351.402</u>	<u>17.711.650</u>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Dos montantes apresentados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 10.700.000 Euros refere-se a caução prestada à Direcção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de Existências alvo de importação.

## 28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

	Dez-08	Dez-07
Imposto corrente (Nota 22)	2.533.000	4.765.736
Imposto diferido (Nota 15)	(248.263)	(199.278)
	2.284.737	4.566.458

A reconciliação do resultado antes de imposto dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

	Dez-08	Dez-07
Resultados antes de impostos	3.850.442	13.881.213
Taxa nominal de imposto	26,50%	26,50%
	1.020.367	3.678.521
Provisões não aceites como custo fiscal	12.731	(263.505)
Prejuízos fiscais reportáveis	(247.404)	-
Anulação de imobilizações	(17.725)	(37.070)
Anulação de custos diferidos	26.377	63.076
Valorização de instrumentos derivados	217.635	(3.446)
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	160.441	72.509
Efeito do reinvestimento de mais-valias geradas com alienação de imobilizações	70.544	79.994
Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente	19.551	281.609
Mais-valia fiscal de acordo com nº7 artº7 Lei30/G 2000	6.113	6.112
Tributações autónomas	515.039	316.180
Outros	501.068	372.478
	2.284.737	4.566.458

## 29. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	Dez-08	Dez-07
Resultado básico		
- operações continuadas	1.565.706	9.314.755
- operações descontinuadas	-	1.810.601
Resultado diluído		
- operações continuadas	1.565.706	9.314.755
- operações descontinuadas	-	1.810.601
Número de acções	35.000.000	35.000.000
Resultados por acção (básico e diluído)		
de operações continuadas	0,045	0,266
de operações descontinuadas	-	0,052
	0,045	0,318

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Durante os exercícios de 2008 e 2007 não ocorreu qualquer alteração ao número de acções.

30. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS ( Euros)	2008					
	<i>Industrial</i>		<i>Não Industrial</i>		<i>Eliminações</i>	<i>Consolidado</i>
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
<b>RÉDITOS</b>						
Vendas externas	65.463.586	51.806.499	600.452.338	33.050.686	(215.394.975)	535.378.134
<b>Réditos Totais</b>	65.463.586	51.806.499	600.452.338	33.050.686	(215.394.975)	535.378.134
<b>RESULTADOS</b>						
Resultados segmentais e inter-segmentais	3.643.443	3.988.548	33.547.460	1.326.149	(16.066.058)	26.439.542
Gastos da empresa	68.356.707	58.435.709	626.050.170	31.420.483	(230.442.638)	553.820.431
<b>Resultados Operacionais</b>	750.322	(2.640.662)	7.949.628	2.956.352	(1.018.395)	7.997.245
Custos - juros	1.700.575	584.068	5.437.722	165.280	(696.849)	7.190.796
Proveitos - juros	90.394	-	2.085.861	-	867.739	3.043.994
Impostos s/ os lucros	23.239	-	1.153.920	595.516	512.062	2.284.737
<b>Resultados de actividades ordinárias</b>	(883.098)	(3.224.730)	3.443.847	2.195.556	34.131	1.565.706
<b>Resultado líquido com Interesses Minoritários</b>	(883.098)	(3.224.730)	3.443.847	2.195.556	34.131	1.565.706
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						
Activos do segmento	117.895.419	-	169.795.178	4.460.091	(62.889.384)	229.261.304
Activos da empresa	49.892.780	-	134.039.405	5.154.188	(75.727.017)	113.359.356
<b>Activos totais consolidados</b>	167.788.199	-	303.834.583	9.614.279	(138.616.401)	342.620.660
Passivo da empresa	91.005.748	-	206.670.498	787.941	(85.151.179)	213.313.009
<b>Passivos totais consolidados</b>	91.005.748	-	206.670.498	787.941	(85.151.179)	213.313.009
Dispendios de capital fixo	7.396.654	-	16.831.395	45.346	(5.527.204)	18.746.191
Depreciações	12.636.207	-	10.239.807	170.004	(2.671.508)	20.374.511



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

2007						
APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS ( Euros)  Por Negócio Industrial e Não Industrial	Industrial		Não Industrial		Eliminações	Consolidado
	Mercado Nacional	Mercado Externo	Mercado Nacional	Mercado Externo		
<b>RÉDITOS</b>						
Vendas externas	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	(240.560.759)	545.529.809
<b>Réditos Totais</b>	74.299.118	37.703.180	646.130.641	27.957.629	(240.560.759)	545.529.809
<b>RESULTADOS</b>						
Resultados segmentais e inter-segmentais	(1.880.900)	3.535.681	32.489.882	1.649.398	(4.988.502)	30.805.559
Gastos da empresa	72.795.894	42.414.493	663.293.169	26.412.390	(244.630.263)	560.285.683
<b>Resultados Operacionais</b>	(377.676)	(1.175.632)	15.327.354	3.194.637	(918.998)	16.049.685
Custos - juros	1.564.104	306.361	4.525.869	137.818	(467.408)	6.066.744
Proveitos - juros	27.459	-	2.345.096	-	1.525.717	3.898.272
Impostos s/ os lucros	(123.265)	-	4.581.418	743.655	(635.350)	4.566.458
<b>Resultados de actividades ordinárias</b>	(1.791.056)	(1.481.993)	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755
<b>Resultado de operações descontinuadas</b>	1.810.601	-	-	-	-	-
<b>Resultado líquido com Interesses Minoritários</b>	19.545	(1.481.993)	8.565.163	2.313.164	1.709.477	9.314.755
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>						
Activos do segmento	125.257.461	-	209.163.973	3.443.663	(54.858.520)	283.006.577
Activos da empresa	39.519.215	-	68.446.928	4.984.060	(57.606.185)	55.344.018
<b>Activos totais consolidados</b>	164.776.676	-	277.610.901	8.427.723	(112.464.705)	338.350.595
Passivo da empresa	84.725.928	-	169.493.514	1.194.624	(60.219.422)	195.194.644
<b>Passivos totais consolidados</b>	84.725.928	-	169.493.514	1.194.624	(60.219.422)	195.194.644
Dispendios de capital fixo	8.895.689	-	11.435.093	102.279	(11.795.301)	8.637.760
Depreciações	12.352.373	-	8.991.753	175.629	(2.016.700)	19.503.055

O segmento industrial inclui a actividade de montagem de viaturas comerciais (“Dyna e Hiace”) e de autocarros (Instalações fabris localizadas em Ovar), a actividade de produção de espumas e componentes relacionados para viaturas automóveis e autocarros, bem como as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto-lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida toda a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças e a respectiva assistência técnica.

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transacções entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Não-Industrial”.

### 31. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo Toyota Caetano foi o seguinte:

Pessoal	Dez-08	Dez-07
Empregados	1.352	1.458
Assalariados	758	644
	<b>2.110</b>	<b>2.102</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

32. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi como segue:

Mercado	Dez-08		Dez-07	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	466.682.348	87,17%	490.836.338	89,97%
Alemanha	10	0,00%	2.082.977	0,38%
Reino Unido	290.061	0,05%	1.733.725	0,32%
Espanha	381.696	0,07%	1.735.341	0,32%
Palop's	11.984.544	2,24%	12.736.717	2,33%
Outros Mercados	56.039.475	10,47%	36.404.711	6,67%
	535.378.134	100,00%	545.529.809	100,00%

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

Actividade	Dez-08		Dez-07	
	Valor	%	Valor	%
Veículos	435.952.731	81,43%	451.743.547	82,81%
Peças	58.777.527	10,98%	56.788.800	10,41%
Reparações	22.191.650	4,15%	17.950.964	3,29%
Outros	18.456.226	3,44%	19.046.498	3,49%
	535.378.134	100,00%	545.529.809	100,00%

33. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outros proveitos operacionais" tem a seguinte composição:

Outros proveitos operacionais	Dez-08	Dez-07
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	4.802.361	2.670.958
Recuperação de garantias (Toyota)	4.410.949	6.341.363
Aluguer de equipamento	3.799.477	2.758.524
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	2.873.034	3.406.486
Mais-valias na alienação de imobilizado corpóreo	2.801.782	3.754.483
Serviços prestados	1.777.835	1.837.749
Subsídios à exploração	928.124	910.751
Recuperação de despesas de transporte	824.651	2.155.803
Recuperação de liquidações fiscais (Nota 36)	205.754	1.035.077
Outros	4.015.575	6.581.681
Total	26.439.542	31.452.875

(Montantes expressos em Euros)

34. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Custos e Perdas	Dez-08	Dez-07
Juros suportados	6.369.533	5.295.975
Outros custos e perdas financeiros	821.263	770.769
Resultados financeiros	(4.146.802)	(2.168.472)
	3.043.994	3.898.272

  

Proveitos e Ganhos	Dez-08	Dez-07
Juros obtidos	306.527	860.522
Rendimentos de imóveis (Nota 8)	2.737.467	2.786.665
Outros proveitos e ganhos financeiros	-	251.085
	3.043.994	3.898.272

35. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transacções entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transacções entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas, pode ser resumido como segue:

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Empresas Relacionadas	Produtos		Imob.	Serviços		Prov Supl	Juros		Outros	
	Vendas	Compras	Aquisições	Prestados	Obtidos	Prestados	Proveito	Custo	Proveito	Custo
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	(1.447.281)	250.533	299.895	(11.280)	50.510	(66.042)	-	22	(217.484)	8.878
ALBITIN- CIMFT, LDA	(2.336)	413.551	-	(333)	4.393	(8.773)	-	-	-	25.568
AUTOGARME-AUTO GARAGEM DE MATOSINHOS,SA	(26.252)	-	-	-	111.791	(966)	-	-	-	2.431
AUTO COMERCIAL OURO, SA	(61.577)	346.603	485.807	(3.757)	24.527	(18.756)	-	-	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	-	-	-	-	295.740	-	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	131.853	749.520	-	(71.351)	485.730	(462.933)	-	-	(161)	5.368
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(150)	503.729	-	(1.483)	56	-	-	-	(2.141)	-
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(18.594)	60.907	774.354	(55.039)	5.611	(111.258)	-	-	(29.800)	187
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(5.188.639)	377.227	-	(95.458)	135.727	(296.844)	-	-	(222.267)	194.748
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	(186.343)	106.348	-	(25.606)	327.797	(115.305)	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	(612.001)	857	-	(28.790)	392.176	(1.029.264)	-	-	-	55.289
CAETANO POWER (PORTO), SA	(540)	15.279	-	-	422	(1.970)	-	-	-	-
CAETANO SPAIN, SA	(166.995)	-	-	(2.500)	5.177	-	-	-	-	-
CAETANO UK LIMITED	-	-	-	-	9.463	-	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	(4.451.358)	141.568	-	(556.336)	106.368	(2.104.738)	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE,SA	(36.011)	1.252	-	(1.437)	7.263.845	(647.144)	-	-	-	2.085
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	-	-	-	365.801	-	-	-	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(31.205)	347.098	-	(1.305)	3.648	(2)	-	-	-	7.458
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	(14.548)	132.163	-	(2.412)	1.673	(47.720)	-	-	-	5.040
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(4.228)	88.400	-	(5.664)	(8.661)	(2.057)	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	-	-	-	-	150.324	-	-	-	-	-
CHOICE CAR , SA	(4.780.726)	1.809	-	(45.529)	(16)	(41.693)	-	-	-	-
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	(143.510)	162.078	313.342	(19.862)	36.772	(27.048)	-	-	(96.153)	689
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	(43.031)	-	174.737	(15.548)	614.137	(16.174)	-	-	(6.931)	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(10)	7.587	-	-	30.381	-	(3.000)	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	(10.559)	11.133	-	1.107	123.670	(76.677)	-	-	(282.397)	6.847
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	(276)	-	-	(118)	38.261	-	(78.606)	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	(13.636)	-	-	-	-	(7.648)	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	(192.914)	874.606	-	(293)	300.518	(187.981)	(4)	-	(1.770)	11
FERTOTA,SA	-	100.209	-	-	-	(3.300)	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	-	17.329	-	-	-	-	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	(2.714.022)	1.198.485	15.873	(80.628)	1.604.929	(80.478)	-	-	-	225
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQUINAS E TINTAS,SA	(4.063)	74.461	4.944	(1.715)	43.356	-	-	-	-	274
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	-	-	-	-	493	(612)	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	(104.591)	9.587	-	(890.202)	258.416	(50.949)	-	-	-	626
INTERESTORIL PARTICIPAÇÕES ,SA	-	-	-	-	-	(27.842)	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	-	1.381	-	(143)	(7.650)	(19.990)	-	-	-	-
JOSE MARIO CLEMENTE DA COSTA,SA	-	-	-	-	23.224	(26.673)	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	(320.666)	337.616	-	(7.033)	171.524	(7.990)	-	-	(2.071)	20.089
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	(2.162)	128.255	-	-	(8.104)	(14.611)	-	-	-	33.451
NOVEF - SGPS SA	(902)	-	-	(400)	-	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, SA	(900)	-	-	(386)	-	(28)	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	(106.034)	-	-	(603)	124.681	(6.976)	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	(31.410)	3.769	-	-	-	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	-	-	156.090	(101)	498.804	(24.078)	-	-	-	-
REICOMSA,SA	-	-	-	-	-	(180)	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	(5.635)	3.046	-	(189.506)	4.288.718	(167.099)	-	-	(744)	24.965
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	-	-	-	-	20.719	(500)	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS SA	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(233.271)	180.734	-	11.345	(2.080)	(26.266)	-	-	-	(4.776)
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	(55.662)	-	379.322	(48.196)	8.646	(2.019)	-	-	(12.827)	3.958
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	(9.028)	-	-	(192)	-	(105)	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	-	-	-	-	28.979	(125)	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	(337)	16.306	-	(118)	23.983	(569)	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAFER,SA	(145)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	(126.284)	224.283	-	(53.552)	5.680	(39.781)	-	-	(214)	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	(10.266)	14.050	23.884	(195)	(272)	(12.269)	-	-	(2.240)	176
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	-	-	-	(6.582)	1.341	(12.269)	-	-	-	-
	(21.026.245)	6.901.759	2.628.248	(2.211.201)	17.961.354	(5.795.692)	(78.910)	22	(876.600)	393.587

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

Empresas Relacionadas	Dívidas Comerciais		Empréstimos		Outras Dívidas	
	A receber	A pagar	Concedidos	Obtidos	A receber	A pagar
AE MOTORES - COMÉRCIO SERVIÇOS AUTOMÓVEIS, LDA	1.651.080	60.410	-	-	-	39.135
ALBITIN, LDA.	5.916	132.795	-	-	-	-
ATLÂNTICA - COMP. PORTUGUESA DE PESCA, SA	5.111	-	-	-	-	-
AUTOCENTER-SERVIÇOS, ACESSÓRIOS E PEÇAS PARA VIATURAS, SA	1.136	5.671	-	-	-	-
AUTO COMERCIAL OURO, SA	46.808	55.524	-	-	-	94.525
AUTOGARME-AUTO GARAGEM DE MATOSINHOS,SA	25.401	91.145	-	-	-	-
AUTO PARTNER III, SGPS	-	-	2.015.065	1.203.143	-	-
AUTO PARTNER IMOBILIARIA, SA	4.231	119.701	-	-	-	-
AUTO PARTNER-PEÇAS E SERVIÇOS,LDA	488.757	548.721	-	-	-	-
AUTOVAGA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	(9.501)	392.492	-	-	-	-
AUTO-VÍSTULA,COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	203.095	23.374	-	-	-	46.986
BAVIERA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	635.992	217.387	-	-	-	-
CAETANO AUTOBODY,COMERCIO DE AUTOCARROS,SA	2.042.854	270.874	-	-	-	-
CAETANOBUS-FABRICAÇÃO DE CARROÇARIAS SA	966.626	47.941	-	-	-	-
CAETANO COATINGS-REVESTIMENTOS AUTO E INDUSTRIAIS,SA	98.184	96.403	-	-	-	-
CAETANO POWER (PORTO), SA	1.305	4.643	-	-	-	-
CAETANO SPAIN, SA	193.464	757	-	-	-	-
CAETANO UK LIMITED	78.319	7.148	-	-	-	-
CAETSU PUBLICIDADE,SA	105.973	475.319	-	-	-	-
CAISB - COMPANHIA ADMINISTRADORA IMOBILIÁRIA SÃO BERNARDO,S.A.	-	129.021	-	-	-	-
CARPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	39.055	12.808	-	-	-	-
CARVEGA-COMERCIO AUTOMOVEL,SA	36.201	27.836	-	-	-	-
CARWEB-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	18.623	43.100	-	-	-	-
CATEDRAL DO AUTOMÓVEL,SA	944	84.243	-	-	-	-
CHOICE CAR , SA	9.219	-	-	-	-	-
CIBERGUIA - INTERNET MARKETING, SA.	9.954	-	-	-	-	-
CITYPLUS-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, SA	793.570	(22.193)	-	-	-	24.566
COCIGA - CONSTRUÇÕES CIVIS DE GAIA, SA	102.498	754.562	-	-	84.335	-
CONTRAC GMBH MASCHINEN UND ANLAGEN	(6.501)	40.574	-	-	-	-
CORAL - CORRETORES DE SEGUROS, SA	69.784	47.154	-	-	-	-
DICUORE - DECORAÇÃO, SA	67.465	3.461	-	-	-	-
ENP-ENERGIAS RENOVÁVEIS PORTUGAL, S.A.	4.544	-	-	-	-	-
FERNANDO SIMÃO - SOC. DE COM. DE AUTOM. E REPRESENT., LDA	518.968	153.206	-	-	-	-
FERTOTA,SA	37	100.209	-	-	-	-
FERWAGEN,SL	229	2.965	-	-	-	-
FINLOG - ALUGUER E COMÉRCIO AUTO, SA	2.542.253	123.641	-	-	-	-
GILLCAR NORTE - COM. IND. MAQ. E TINTAS, SA	537	21.520	-	-	-	-
GLOBAL S (SGPS), SA	205	164	-	-	-	-
GRUPO SALVADOR CAETANO,SGPS, SA	68	654	-	-	-	-
GUÉRIN-RENT-A-CAR(DOIS),LDA	708.379	216.400	-	-	-	-
INTERESTORIL PARTICIPAÇÕES, SA	9.874	-	-	-	-	-
INTERVAGA,COMÉRCIO DE VEICULOS E PEÇAS,LDA	491	1.012	-	-	-	-
JOSE MARIO CLEMENTE DA COSTA,SA	25.539	7.875	-	-	-	-
LUSILECTRA - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, SA	4.502	620.851	-	-	-	-
NOVAVAGA - COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E PEÇAS,SA	89.721	239.206	-	-	-	-
NOVEF - SGPS SA	20.833	-	-	-	-	-
POAL - PAVIMENTAÇÕES E OBRAS ACESSÓRIAS, SA	18.420	-	-	-	-	-
PORTIANGA - COMÉRCIO INTERNACIONAL E PARTICIPAÇÕES, SA	25.889	46.404	-	-	-	-
PREMIUM FER,SA	(3.769)	-	-	-	-	-
RARCON - ARQUITECTURA E CONSULTADORIA, SA	7.629	70.010	-	-	-	-
RIGOR - CONSULTORIA E GESTÃO, SA	241.280	1.375.279	-	-	-	-
SALTRIANA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DE TRIANA, LDA.	600	4.962	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO-AUTO-SGPS SA	276	134	-	-	-	-
SALVADOR CAETANO (MOÇAMBIQUE), SARL	1.124.374	-	-	-	-	-
SETUCAR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,SA	102.294	14.796	-	-	-	-
SIMANOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, LDA	49.627	1.461	-	-	-	-
SIMOGA - SOC. IMOBILIÁRIA DE GAIA, SA	200	666	-	-	-	-
SOCIEDADE SOARES DA COSTA, S.A.	30.451	-	-	-	-	-
SOL PORTUGAL - VIAGENS TURISMO Lda.	3.361	60	-	-	-	-
SPRAMO - PUBLICIDADE & IMAGEM, S.A.	11.946	5.556	-	-	-	-
TECNICAS DE REPARACIÓN RAER,SA	145	-	-	-	-	-
TOVICAR, SOCIEDADE COMERCIAL DE AUTOMÓVEIS,SA	235.053	178.306	-	-	-	-
VIA COMERCIAL AUTOMOVILES,SA	123	-	-	-	-	-
VDR AUTO-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	21.091	-	-	-	-	-
VR MOTOR-COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS,LDA	13.959	-	-	-	-	-
	13.494.702	6.856.208	2.015.065	1.203.143	84.335	205.212

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foi efectuada a preços de mercado. Existe uma perda de imparidade registada em exercícios anteriores relativa a contas a receber de entidades relacionadas, referente à S.C. Moçambique, num montante de 750.000 Euros (Nota 12).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

36. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Toyota Caetano Portugal, S.A.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e relativamente às liquidações adicionais de 1999 foi recebida uma parte no montante de 205.754 Euros (Nota 33).

Para além destas foram também recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 juros indemnizatórios no montante de 441.198 Euros respeitantes a impugnação de IRC de 1996 já regularizada em exercícios anteriores pela Fazenda pública

Na sequência de expectativas manifestadas em exercícios anteriores, foi durante o exercício de 2007 recuperado o valor de 1.035.077 Euros, registado na rubrica “Outros proveitos operacionais” referente a liquidações adicionais sobre o exercício de 1996, em devido tempo pagas e com decisão judicial favorável nesse exercício cumprida pela Administração Fiscal (Nota 33).

Face às decisões favoráveis entretanto obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995, 1998 e 1999, continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros indemnizatórios.

Em relação a fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, no valor de 1.308.711 Euros, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Relativamente à fiscalização efectuada aos exercícios de 2003 e 2004 foram reclamadas as liquidações adicionais, pagas e reconhecidas como custo em exercícios anteriores, e que totalizaram 725.542 Euros, dado a Empresa entender existirem igualmente razões legais válidas para estas contestações.

Caetano – Auto, S.A.

Em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2003, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 453.895 Euros, entretanto paga e para a qual entendeu a Empresa apresentar também reclamação parcial do montante em causa.

Por sua vez, em relação à fiscalização efectuada ao exercício de 2004, recebeu-se durante 2007 nota de liquidação adicional em sede de IRC no montante de 677.473 Euros, entretanto paga e reconhecida como custo, para a qual a Empresa se encontra a elaborar contestação, dado entender existirem razões legais válidas para a mesma. Ainda no âmbito desta fiscalização, recebeu-se notificação para a correcção de prejuízos fiscais reportáveis entretanto utilizados em exercícios anteriores, no montante de 354.384 Euros, registada na rubrica “Outros custos operacionais” nesse exercício.

37. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios de 2008 e 2007 foram como segue:

Órgãos Sociais	31.12.2008	31.12.2007
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	979.615	955.658
Remuneração variável	282.347	252.287

(Montantes expressos em Euros)

38. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a protecção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2008.

39. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

40. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em resultado da crise económico-financeira instalada, com impactos relevantes no sector automóvel, o nível das encomendas da Divisão Fabril de Ovar tem sofrido uma significativa evolução negativa nos últimos meses, o que levou o Grupo Toyota Caetano a adoptar todas as medidas ao seu alcance para tentar ultrapassar ou, pelo menos, minorar os problemas surgidos.

As paragens na produção daquela divisão tornaram-se inevitáveis, tendo o Grupo Toyota Caetano decidido pela adesão ao Programa de Qualificação e Emprego para o sector Automóvel, o qual se encontra regulamentado pela Portaria 126/2009 de 30 de Janeiro.

Este programa, ainda que não possa, só por si, resolver todas as dificuldades que enfrentamos será sem dúvida um instrumento que permitirá a curto prazo a manutenção da estrutura fabril existente, acreditando o Grupo que a seu tempo e com o retomar dos índices de confiança dos consumidores se poderá voltar a assistir à plena laboração na unidade fabril em causa.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Abril de 2009. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de Dezembro de 2008, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

ALBERTO LUÍS LEMA MANDIM

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SALVADOR FERNANDES CAETANO - Presidente

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Vice-Presidente

HIROYUKI OCHIAI

MASSIMO NORDIO

MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS

SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO

ANA MARIA MARTINS CAETANO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA  
CONTAS CONSOLIDADAS

**Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Toyota Caetano Portugal, S.A. e subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 342.620.660 Euros e capitais próprios de 129.307.651 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.797.793 Euros atribuível aos accionistas da Empresa, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

**Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

**Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

**Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 3 de Abril de 2009

---

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Accionistas

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a actividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2008 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos durante o exercício ao acompanhamento da evolução dos negócios sociais e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e à confirmação por amostragem dos respectivos registos.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas Consolidada emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. nos termos da alínea c) do n.º1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Grupo TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do Grupo, contendo ainda, uma descrição dos principais riscos e incertezas com que o mesmo se defronta.

6. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

- Aprove o relatório Consolidado do Conselho de Administração e as Contas Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Vila Nova de Gaia, 7 de Abril de 2009

O Conselho Fiscal  
José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente  
Kazuki Ogura  
António Pimpão & Maximino Mota, SROC, representada por António Maia Pimpão